

A RELAÇÃO ENTRE PROFESSOR E ALUNOS VÍTIMAS DE ABUSO: A INSERÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

THE RELATIONSHIP BETWEEN TEACHER AND STUDENT VICTIMS OF ABUSE: INSERTION IN THE SCHOOL CONTEXT

LA RELACIÓN ENTRE MAESTRO Y ESTUDIANTE VÍCTIMAS DE ABUSO: LA INSERCIÓN EN EL CONTEXTO ESCOLAR

Dediane Alves Silva Miranda¹

Rita de Cássia Souza Nascimento Ferraz²

Resumo: O presente estudo objetivou analisar a postura adotada pelo professor, em sala de aula, em relação ao aluno vítima de violência doméstica. A pesquisa foi realizada em duas escolas da rede municipal de Itapetinga-BA, focalizando 03 crianças do 4º ano do Ensino Fundamental I e suas respectivas professoras. Foram utilizados como instrumentos a observação e a entrevista semiestruturada. Os dados foram organizados nos seguintes eixos: a) a escola e sua relação com a criança vítima de Violência Doméstica; b) a atuação do professor em relação com a criança vítima de Violência Doméstica. Os dados sinalizaram a necessidade que os professores têm de refletirem e se posicionarem acerca das suas ações e posturas em relação a alunos, no cotidiano escolar, vítima de violência doméstica. Visualizamos as situações de interação entre as crianças apenas nos momentos de brincadeiras, troca de figurinhas e bate papos distantes dos conteúdos e atividades desenvolvidas. Por fim, concluímos que a postura do professor no enfrentamento da violência contra criança e adolescente é de suma importância para garantir o mínimo de integridade para estes indivíduos que teve seus direitos violados.

Palavras-chaves: Violência. Relação professor e aluno. Aprendizagem.

Abstract: Abstract: The present study aimed to analyze the attitude adopted by the teacher, in the classroom, in relation to the student victim of domestic violence. The research was carried out in two schools in the municipal network of Itapetinga-BA, focusing on 03 children from the 4th year of Elementary School and their respective teachers. Observation and semi-structured interviews were used as instruments. The data were organized in the following axes: a) the school and its relationship with the child victim of Domestic Violence; b) the teacher's performance in relation to the child victim of Domestic Violence. The data signaled the need that teachers have to reflect and take a position on their actions and attitudes towards students, in school routine, victims of domestic violence. We visualize the situations of interaction between the children only when playing, exchanging stickers and chatting away from the content and activity developed. Finally, we conclude that the teacher's stance

¹ Pedagoga, Assistente Social, Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais e Diversidade/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: deyde_sol@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1393-9992>.

² Doutora em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-Itapetinga (UESB); Professor do Programa de Pós-graduação em Educação/UESB, Coordenadora do Centro de Pesquisa em Estudos Pedagógicos/UESB. E-mail: ritasouza@uesb.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1383-8641>.

in facing violence against children and adolescents is of paramount importance to guarantee the minimum integrity for these individuals who have had their rights violated.

Keywords: Violence. Teacher and student relationship. Learning.

Resumen: El presente estudio tuvo como objetivo analizar la actitud adoptada por el docente, en el aula, en relación al estudiante víctima de violencia intrafamiliar. La investigación se llevó a cabo en dos escuelas de la red municipal de Itapetinga-BA, con foco en 03 niños de 4º año de Educación Primaria y sus respectivos profesores. Se utilizaron como instrumentos la observación y las entrevistas semiestructuradas. Los datos se organizaron en los siguientes ejes: a) la escuela y su relación con el niño víctima de Violencia Doméstica; b) el desempeño del docente en relación al niño víctima de Violencia Doméstica. Los datos señalaron la necesidad que tienen los docentes de reflexionar y posicionarse sobre sus acciones y actitudes hacia los estudiantes, en la rutina escolar, víctimas de violencia doméstica. Visualizamos las situaciones de interacción entre los niños solo al jugar, intercambiar pegatinas y charlar lejos del contenido y la actividad desarrollada. Finalmente, concluimos que la postura del docente frente a la violencia contra los niños, niñas y adolescentes es de suma importancia para garantizar la mínima integridad de estas personas que han visto vulnerados sus derechos.

Palabras-clave: Violencia. Relación profesor-alumno. Aprendizaje.

Introdução

Esse estudo parte do pressuposto que a violência doméstica é reproduzida direta e indiretamente no processo ensino e aprendizagem de alunos vitimizados. A escola contribui diretamente na formação do indivíduo, por meio das/nas relações interpessoais. Essa é, portanto, um espaço de construção do indivíduo no seu contexto social, constituída por valores socioculturais. Conforme Castro (2017, p. 64) a “escola aparece como um espaço favorável ao desenvolvimento de saberes, posturas e costume que fomentem a educação e a saúde das crianças e adolescentes”. Sendo assim, associar a “educação” ao contexto social do aluno é produzir meios para desconstruir estes preceitos estigmatizados presentes na sociedade.

Salutar que a escola reflete todas as relações sociais e tem um papel fundamental na formação do cidadão, objetivando orientar seus alunos para se integrarem na vida em sociedade. O professor, em seu cotidiano escolar, se depara com vários contextos sociais presentes em sala de aula. É nesse sentido que a sua postura pedagógica se torna importante para elaboração de práticas que possibilitem um melhor relacionamento com os discentes vitimizados, estigmatizados por uma sociedade excludente que visam os seus próprios ideais, deixando de lado o respeito à integridade humana.

O docente ao se relacionar com seus alunos em sala de aula constrói laços de confiança. Essa relação de confiança em situação envolvendo alunos vitimizados é fundamental para

auxiliar este aluno na construção de um vínculo de afetividade para, então interagir como o meio social. Por isso, o professor deve, por meio de práticas pedagógicas, construir ações que viabilizem o desenvolvimento do aprendizado deste aluno. Partindo desse pressuposto o presente estudo objetivou analisar a postura adotada pelo professor, em sala de aula, em relação ao aluno vítima de violência doméstica.

A escola é um ambiente que reproduz relações sociais e tem a função de auxiliar os alunos na construção da cidadania como versa a Lei de Diretrizes e Bases (LDB - Lei 9394/96) e na garantia dos direitos humanos contida na Constituição Federal de 1988, carta magna que traz as diretrizes que incidiram na construção das Políticas Públicas adotadas a partir da década de 90.

Nessa perspectiva, a escola passa a ter um papel fundamental no apoio às crianças vitimizadas. Isso porque, é um ambiente histórico cultural composto de relações sociais que apresenta uma forte ligação com o meio familiar, conforme estabelecido na Constituição Brasileira de 1988, no caput do art. 226: “A Família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado” (BRASIL, 1988 p.64). Entretanto, o contexto familiar é um ambiente propício para a violência doméstica, pois o mesmo, através de relações de confiança entre seus membros também apresenta abusos e maus tratos praticados por eles. A violência doméstica é um processo de imposição de maus-tratos à vítima, de sua completa objetualização e sujeição (GUERRA, 1988 p. 32).

Cabe ao professor mediar e incentivar esse aluno vitimizado a reconquistar sua autoestima e motivação para o aprendizado, pois para Bzuneck (2000, p. 9) “a motivação, ou o motivo, é aquilo que move uma pessoa ou que a põe em ação ou a faz mudar de curso”. Com base na teoria de Vigotski (1996) através do entrelaçamento dos aspectos efetivos e cognitivos, o professor no processo de aprendizagem faz a mediação entre o conhecimento e o aluno, possibilitando assim, a construção de significações e vivências que favoreciam a superação da violência. Nesse sentido, as relações interpessoais entre professor e aluno têm uma função importante para a superação de situações traumáticas decorrentes da violência doméstica (violência física, psicológica, intelectual e sexual).

Estudos realizados apontam a importância dos conhecimentos sobre a violência doméstica e sua possível influência nos aprendizados dos alunos vitimizados. Nesse sentido, a relação professor e aluno se torna fundamental para identificação de elementos que facilitam a compreensão dessa relação escola (professor) e aluno vitimizado (AZEVEDO, GUERRA, 2006; TASSONI, 2000; FERREIRA, 2010; FERRAZ, RISTUM, 2012; FERRAZ, 2014).

Diante disso, consideramos que a educação é de extrema importância como colaboradora contra as práticas de violência doméstica, sendo assim, necessita interligar-se com os parâmetros sociais predominantes na sociedade, pois conforme Freire (2000, p. 67) “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

Com o passar do tempo muitas crianças e adolescentes sofreram e ainda sofrem agressões e maus tratos ou pela própria família ou por outras instituições sociais. A violência contra crianças sempre esteve atrelada ao processo educativo, constituindo-se um problema histórico-cultural presente em todas as décadas até os dias atuais (ARIÈS, 1978; AZEVEDO, GUERRA, 2000; DEL PRIORE, 2013).

Em relação ao conceito de violência contra criança e adolescente, em 1999, o Conselho de Prevenção contra o Abuso Infantil da Organização Mundial de Saúde apresentou a seguinte definição:

O abuso ou maus-tratos em relação à criança constitui todas as formas de tratamento doentio físico e/ou emocional, abuso sexual, negligência ou tratamento negligente, exploração comercial ou outro tipo de exploração, resultando em danos reais ou potenciais para a saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da criança no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder (OMS, 2002, p. 81).

Observamos que a definição da violência é importante para análise das consequências que ela traz para as crianças e adolescentes. Independente de classe social, as agressões estão presentes no contexto familiar e essa situação é muito preocupante, pois as crianças tornam-se vulneráveis e sem proteção adequada a sua sobrevivência. A violência praticada no núcleo familiar é denominada por Azevedo e Guerra (1995) como violência doméstica. As autoras definem a violência doméstica como:

todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (p.26).

O meio familiar é um ambiente que deve proporcionar as crianças e adolescentes uma proteção integral, porém essa realidade tornou-se distante para algumas famílias. O Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF caracteriza as relações não protetivas no “núcleo familiar” como práticas educacionais que fazem uso de violência física (castigo, palmadas, surras etc.); acidentes, as negligências, a síndrome do bebê sacudido e os abusos, incluindo o sexual; ações ou omissões que levam à morte.

Esses também são os principais fatores que fazem a criança se afastar ou ser afastada do convívio familiar, sujeitando-a a outras violências nas ruas ou em abrigos. Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2009), os tipos de violência são caracterizados como:

- a) **Negligência:** Ocorre negligência quando a família ou os responsáveis pela criança ou pelo adolescente se omitem em prover suas necessidades físicas e/ou emocionais básicas para o desenvolvimento saudável. O cuidado com a criança e adolescente e de extrema importância, e o abandono básicos (alimentação, vestuário, segurança, etc) é inaceitável, pois é um ato desumano que prejudica o desenvolvimento físico e emocional do indivíduo.
- b) **Violência física:** abuso físico, maus-tratos físicos e violência física. Este tipo de violência é muito comum no meio familiar, pois está associada ao nível transdisciplinar, utilizando-se de maus tratos corporais (spancamentos, queimaduras entre outros) para educar os indivíduos.
- c) **Violência psicológica:** Também conhecida como tortura psicológica, abuso psicológico ou abuso emocional, é pouco reconhecida como violência pela maioria das pessoas. Quando a coação é feita através de ameaças, humilhações, privação emocional.
- d) **Violência sexual:** quando a coação se exerce tendo em vista obter a participação em práticas eróticas. (p. 35-36)

Essas formas de violências são responsáveis por destruir os encantos da infância de muitas crianças brasileiras. Infelizmente essa realidade está intrínseca em muitos lares brasileiros e conseqüentemente remete a um grande transtorno emocional na subjetividade do sujeito vítima de violência. A violação dos direitos da criança e do adolescente se perpetua em vários campos sociais, principalmente no núcleo familiar. Esta é uma triste realidade das famílias em especial a “da família brasileira” onde os índices são alarmantes. A escola contribui diretamente na formação do indivíduo, por meio das/nas relações interpessoais.

Esse estudo foi pautado nas diretrizes epistemológicas da investigação qualitativa. As crianças foram identificadas através de Relatórios emitidos pela Casa de Acolhimento do município de Itapetinga (Pérola, Dudu e Ruy). A partir da identificação das crianças da Instituição de Acolhimento foi realizada a escolha das instituições de ensino³. Foram identificadas duas escolas do primeiro segmento do Ensino Fundamental. A primeira escola, denominada Mundo mágico está situada em um bairro periférico do município de Itapetinga-BA. Atende a 593 alunos distribuídos entre os turnos matutinos e vespertinos. A segunda escola nomeada de Sabedoria também era situada em um bairro periférico do município de Itapetinga- Bahia e atende 270 alunos distribuídos entre os turnos matutinos e vespertinos. A partir dessa identificação integramos as respectivas professoras (Maria e Graça) e as Coordenadoras Pedagógicas (Raquel e Ruty).

³ Todas as instituições de ensino receberam nomes fictícios conforma procedimentos éticos.

Os instrumentos utilizados para a pesquisa foram: Documentos da Instituição de Acolhimento e do Conselho tutelar, observação com registro de diário de campo e entrevista semiestruturada. Os documentos da Instituição de Acolhimento foram utilizados para identificação das crianças, bem como os documentos do Conselho Tutelar. A observação com auxílio do diário de campo permitiu a apreensão das situações investigadas em sala de aula (interação professor aluno vítima de violência doméstica na prática pedagógica), bem como o registro das impressões da pesquisadora. O registro das informações e as impressões das situações observadas foram realizados no diário de campo.

Os documentos da Instituição de Acolhimento foram utilizados para identificação das crianças, bem como os documentos do Conselho Tutelar. A observação com auxílio do diário de campo permitiu a apreensão das situações investigadas em sala de aula (interação professor aluno vítima de violência doméstica na prática pedagógica), bem como o registro das impressões da pesquisadora. O registro das informações e as impressões das situações observadas foram realizados no diário de campo. A visita a Unidade de Acolhimento foi realizada em três momentos: diálogo a respeito dos Acolhidos; coleta de dados a respeito das localizações das escolas dos alunos pesquisados e a entrevista com a Coordenadora Geral e as três técnicas da Unidade de Acolhimento. Procedimento também adotado para o Conselho Tutelar: diálogo a respeito dos casos de violência; coleta de documentos respaldando os índices dos casos de violência prescritos no Município; entrevista para averiguação da atuação do Conselho Tutelar acerca dos direitos constitucionais das crianças e adolescentes.

Os dados foram organizados nos seguintes eixos: a) A vivência entre professores e crianças vítimas de violência doméstica na escola b) A atuação do professor em relação com a criança vítima de Violência Doméstica.

A vivência entre professores e crianças vítimas de violência doméstica na escola

A relação entre professor e aluno vitimizado se configura em um aspecto importante para o rendimento acadêmico discente, bem como, fator indispensável na prática pedagógica para o desenvolvimento psicológico, social e cultural dos alunos vítimas de violência doméstica. Compreender a relação entre professor e aluno requer, também, um entendimento da postura da escola em relação às situações de violência. As coordenadoras pedagógicas quando questionadas sobre a postura da escola em relação às situações de violência doméstica argumentaram:

A primeira coisa a gente sempre se reunia para buscar qual a melhor forma. Primeiro a gente tem que ter muito cuidado com as crianças, e passar para o Conselho tutelar, que é quem vai resguardar essas crianças, vai tomar todas as providências. Enquanto escola não pode, visto ser o próprio conselho que vai resguardar essa criança (Coordenadora Pedagógica Raquel).

Nós já tivemos um caso de violência física que a criança, que a criança chegou toda marcada. Nós enfrentamos o pai e não foi uma conversa fácil. Ele justificou. O que para mim não é justificável. Aí comunicamos... Vamos passar para o conselho tutelar, porque não podemos ser omissos a essa situação (Coordenadora Pedagógica Ruty).

A Coordenadora Pedagógica Raquel mostrou-se favorável ao enfrentamento da situação de violência doméstica, sinalizando a necessidade de se investigar sobre o comportamento do aluno que sofreu a violência, para então, acionar os órgãos fiscalizadores dos direitos das crianças e adolescentes. Já os argumentos da Coordenadora Pedagógica Ruty foram direcionados para a relação escola/família e como essa se torna desafiadora para com as formas de enfrentamento. Isso porque os familiares não aceitam essa postura dos gestores escolares em cobrar os direitos constitucionais que, por muitas vezes, são violados. Conforme Artigo 18º do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990, p.14). “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”.

É nessa perspectiva que escola pode se tornar um importante mecanismo de inclusão do indivíduo que teve seus direitos violados, pois ao pertencer ao ambiente escolar os alunos necessitam de todo amparo didático-pedagógico para desenvolvimento de seu aprendizado. Contudo, quando esse aluno não consegue se relacionar com o meio escolar e, se a escola não propõe uma aproximação com a realidade deste aluno, logo este, resistindo aos padrões escolares, também poderá se sentir rejeitado e excluído desse ambiente escolar.

Consideramos importante compreender, nesse discurso, que as escolas precisam informar sobre os direitos violados e sua consequência para o desenvolvimento do aluno vítima de violência doméstica. Quando questionadas sobre a concepção sobre violação dos direitos das crianças e adolescentes, as coordenadoras pedagógicas relataram:

Violação é tirar os direitos deles. A gente fala tanto em relação a questão emocional, quanto a questão física, que é ser forçado a determinada situação não desejado para ele e não propício para sua idade, como a questão sexual. Quando uma criança chega para mim e diz, que esta passando fome: A professora pergunta qual sua necessidade e o aluno diz: Tia, tenho necessidade de comida. Na minha casa não tem comida. É uma violação de direitos dele que é violação de moradia, direito de saúde. Os nossos alunos são violados dos seus direitos. (Coordenadora Pedagógica Raquel)

E nós enquanto escola... Nós violamos quando não tem aula. Estamos violando o direito de ter aula. E constantemente. Mas tem aqueles mais graves, que é agressão física, violência sexual, quando a criança é forçada a ter relação sexual. (Coordenadora Pedagógica Ruty)

A Coordenadora Pedagógica Raquel expôs ser importante a construção de conhecimentos básicos sobre as possíveis violações dos direitos das crianças e adolescentes e ressaltou que a escola é constituída por “vários contextos” oriundos das relações sociais e do meio que o aluno está inserido. Segundo Vigotski (1996) o desenvolvimento do indivíduo é um processo construído nas e pelas interações estabelecidas no contexto histórico e cultural em que vive. Sendo assim, a escola passa a ser um ambiente de relações sociais, composta por sujeitos sociais e culturais que ao se relacionarem, se apropriarem de novas aprendizagens e assim desenvolvem seus conhecimentos.

A Coordenadora Pedagógica Ruty expôs que a escola também retira o direito da criança a partir do momento que a mesma não reafirma o direito a ter aula. Isso conduz própria escola a um processo de reflexão sobre como receber esse aluno vitimizado quando também questiona se está, de fato, preparada para recebê-lo. Vale salientar que a instituição escolar também necessita de uma equipe de profissionais que oriente e auxilie no atendimento e acompanhamento desse aluno. Contudo, sabemos que o sistema escolar apresenta falhas, pois não dispõem de todos os mecanismos necessários para auxiliar esses alunos vitimizados. Nesse sentido Moro (2012) reafirma que:

É fundamental que os educadores e gestores educacionais possam a tratar os casos de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica que chegam á escola, com um importante e urgente problema social a ser tratado, pois este problema afeta diretamente no desenvolvimento integral das crianças (p.18).

Segundo Moro (2012) o corpo docente necessita ter mais atenção para com as crianças vitimizadas: analisando e compreendendo possíveis sinais de indiferença no comportamento e aprendizado para assim, poder auxiliá-los nas suas diversas dificuldades que possam vir a manifestar.

Outro fato abordado foi o da concepção sobre violência doméstica contra a criança e o adolescente. Nesse caso, as docentes relataram:

Eu acho que a criança quando violentada o direito dela, isso passa a ser violência. Existem vários tipos de violência: é atentar a própria família, a vivência dessa família, o que acontece com ele, da formar de disciplinar que é dado a essa criança, então possa ser um critério de violência independente como esse pai ou parente dessa criança. (Professora Maria)

Para a professora Maria os referenciais sobre violência doméstica, principalmente os relacionados aos tipos de violência e a relação mantida com o núcleo familiar, muitas crianças violentadas que legitimam a violência como sentimento de culpa, apresentaram questionamentos sobre o porquê terem sido violentadas (os) ou se a culpa foi delas (os). O abusador (a) ao coagir a vítima, muitas vezes produz nela (vítima) um pacto de silêncio:

Muitas vezes, crianças e adolescentes violentados e dominados são vitimizados tanto pelo agressor como pela existência de redes e pactos de silêncio, tolerância, convivência, medo, impunidade. Tanto membros da família como vizinhos, colegas, profissionais da educação, saúde, assistência, segurança, ao silenciarem sobre as situações de violência que presenciam, conhecem, ou suspeitam protegem o violentador. (BRASIL, 2008, p.50)

O sujeito vitimizado possivelmente poderá internalizar ou externalizar o sentimento de culpa, isolamento, temor e vingança. Dessa forma, o indivíduo ao internalizar esses sentimentos de raiva, de repúdio ao “outro”, poderá construir uma barreira de empatia com o “outro”.

A professora Maria considerou ainda que as práticas disciplinares utilizadas pelos pais podem ultrapassar a coerência e o bom senso, podendo, nesse caso, ser associada à violência. Segundo Marques (2010, p.30) os pais, ao utilizar punições ou castigos físicos, podem entender que “quando optam pela sua utilização [...] geralmente, acreditam que os benefícios superam as adversidades” (p. 30). Para Bolsoni-Silva e Maturano (2002) o uso da punição:

além de não resolver os problemas de comportamento, leva a ressentimentos e a dificuldades na interação entre pais e filhos, comprometendo o relacionamento de amizade e cooperação que deveria ocorrer, além de favorecer o surgimento de problemas na vida adulta e mesmo infantil, tais como baixa autoestima, baixa autoconfiança e pouca flexibilidade comportamental frente às dificuldades encontradas no cotidiano (p. 230).

Segundo os autores essas práticas com base nas punições físicas podem apresentar consequências negativas para o desenvolvimento do indivíduo. Sobre essa perspectiva a professora Maria relatou:

Na minha concepção é a responsabilidade dessa sociedade diante dessa criança, como o não abandono. Porque ela tem o pai, ela tem a mãe, tem uma família. Como a família hoje tem a concepção de dois pais e duas mães... A concepção familiar... Mas eu acho que os cuidados que esta criança esta recebendo... Então a sociedade precisa estar integrada nessa vigilância e respeito a essa criança sobre o núcleo familiar que ela está. Saber qual é o trabalho que o conselho tutelar junto a esta criança e como está sendo realizado. A escola precisa estar mais integrada, o que acontece com essas crianças anteriormente, se a professora conhecer a criança... Porque se a criança reflete uma situação é devido a uma

vivência que ela passou atrás, porque psicologicamente atinge o desenvolvimento dela. Então é necessário que o professor, a escola, todos estejam integrados. (Professora Maria)

Observamos que a professora Maria sinalizou quatro fatores: a) a responsabilidade da sociedade perante as vítimas de violência; b) a concepção de família diante dos atuais contextos familiares (cuidar dessas crianças independentes dos seus vínculos familiares); c) integração da escola e família (somente poderá ocorrer se a instituição escolar trabalhar em parceria com o núcleo familiar) e; d) a prática pedagógica como ferramenta que engloba “conhecer seu aluno” (observar e investigar o contexto desses indivíduos e suas vivências para, então, analisar o comportamento desse aluno).

A sociedade necessita se responsabilizar diante das violências, pois ações de mobilizações de denúncias e de divulgações sobre o tema poderão auxiliar no enfrentamento da violência doméstica. Entretanto, é no seio familiar que a sociedade deve ter uma maior atenção porque é nesse espaço que, por muitas vezes, ocorrem práticas de violência, como relatado por Rosa e Cionck (2006, p.11) “É no núcleo familiar que também acontecem situações que modificam para sempre a vida de um indivíduo, deixando marcas irreparáveis em sua existência”. Por isso, todos os “olhares” devem ser direcionados para esse contexto. Qualquer situação de inércia poderá “comprometer seriamente a vida de uma criança a qual, na maioria das vezes, não tem condições de se defender da violência que lhe é imposta” (ROSA, CIONCK 2006, p.11).

É um compromisso, também, de todos os cidadãos assegurarem que essas crianças estejam resguardadas e nos seus lares, conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Mesmo com toda a dificuldade na identificação e constatação dessas violências, conforme Moura (2012, p.33), “não existe uma forma ou um comportamento único capaz de revelar se a criança sofre violência”. Assim sendo, Moro (2012, p.33), afirma que “a aproximação dos gestores e professores com a criança é de fundamental importância, pois normalmente a violência sofrida pela criança em casa não deixa marcas aparente no corpo”.

Em relação a essa aproximação Tassoni (2000) ressalta que a proximidade é posta como uma conduta docente que contribui para um fazer pedagógico. Sendo assim, essas posturas são significativas para as relações sociais. Aliás, essa conduta está relacionada também com práticas pedagógicas, que, em sala de aula, tornam-se a principal aliada para o reconhecimento do sujeito e de suas particularidades.

Segundo Moro (2012, p.33) o docente deve estar “cada vez mais atento as situações cotidianas, estas podem revelar sinais fundamentais para identificar marcas dos mais variados tipos de violência”, visto ser, a violência doméstica, muitas vezes, silenciosa e invisível. Cabe à instituição escolar, atentar para as atitudes e comportamento dos alunos, pois a violência poderá se mostrar através do “silêncio” deles (alunos). Segundo Rosa e Cionck (2006):

Quando se trata de violência doméstica, os agressores costumam contar com um aliado poderoso que é o silêncio das vítimas, assegurado por medo, vergonha, sentimento de culpa, por parte do agressor. É esse silêncio que faz com que se torne difícil a intervenção. (p.13)

Partindo desse pressuposto, podemos afirmar que o docente deve analisar nas relações pessoais, o porquê, do aluno ser ou estar indiferente ao convívio escolar. Essa postura pedagógica poderá proporcionar para a vítima uma oportunidade de rompimento de uma situação de violência.

Ainda sobre a violência sofrida nos contextos diversos e de variadas formas, a professora Graça argumentou:

A criança sofre várias violências diariamente. Pode ser na escola ou na casa, na família. É uma coisa que tem que estudar a fundo de onde tudo começou, porque muitas vezes é aonde gera o comportamento de certos tipos de crianças. (Professora Graça)

A observação da professora Graça sinalizou que a violência pode ocorrer em diversos lugares sociais e não somente agregados ao âmbito familiar. Segundo a professora há necessidade de investigação sobre a origem dessa violência, pois muitos casos de violência acontecem em lugares que não apresentam perigo aparente como: casas, escolas, igrejas, supermercados dentre outros.

A professora Graça argumentou ainda sobre a atuação da escola e a possibilidade de conhecimento da realidade do aluno por meio da investigação e do diálogo do professor para com o ensino:

Nunca acionei a escola por muitas vezes. A gente conversa com a direção da escola. Quem é professor observador, que está sempre observando, vê a diferença. Aí se for o caso pode acontecer uma denúncia como já aconteceu na escola que eu já passei. (Professora Graça)

O papel da escola é socializar o conhecimento e, portanto, sua atuação baseia-se na construção da cidadania visando uma participação ativa nos aspectos histórico-social, político e econômico. Nesse sentido, ao direcionar a temática da violência doméstica, concordamos com Moro (2012, p.11) quando argumenta que os “envolvidos nas instituições de ensino,

englobando gestores e demais profissionais que trabalham na escola, conheçam esse assunto, para que saibam identificar crianças vítimas de violência doméstica”. Pensando assim, ao investigar sobre a concepção de violência nas escolas (Mundo mágico e Sabedoria) do Município de Itapetinga/Bahia, constatamos que as mesmas tinham conhecimentos sobre as violências, porém, existiam poucas ações. Dessa forma, para “enfrentar esses sérios problemas é importante a presença de um gestor que seja capaz de mobilizar ações e faça-se dinâmico na realidade escolar” (MORO 2012, p.15). Sendo assim, a conduta do gestor e do professor diante dessa temática é essencial para o enfrentamento da violência. Contudo, observamos ao questionarmos as professoras sobre essa temática, que as mesmas, apresentaram-se “incomodadas” e propuseram a necessidade de obtenção de mais informações a respeito das crianças vitimizadas.

Quando a escola toma conhecimento de qualquer tipo de violação dos direitos das crianças e adolescentes, deve notificar aos órgãos competentes. Por isso, que notificar e acionar o Conselho Tutelar são atos indispensáveis para oportunizar uma quebra do ciclo dessa violência.

Vale salientar que todos esses sinalizadores devem seguir um padrão de notificação envolve Escola – Conselho Tutelar - Unidade de Acolhimento – Escola. Durante a investigação averiguamos uma “ruptura” desse padrão em relação às vítimas de violência doméstica. O que podemos considerar nesse processo é o fato de que quem mais sofre com essa ruptura são os alunos vitimizados, os quais infelizmente dependem do bom desenvolvimento desse sistema. As escolas objeto de estudo, deveriam atentar mais para as demandas que envolvem as crianças acolhidas, visto que, são alunos oriundos de famílias violadoras dos direitos e, portanto, estão em Abrigo Institucional, necessitando de um apoio, educacional, emocional e social de todos os envolvidos.

Esse aspecto, entretanto foi justificado pelas professoras por não terem acesso a informações sobre o aluno vitimizado:

Eu não tenho todo conhecimento de todo aparato necessário. Mas é necessário que a escola... Para todos nós professores e comunidade escolar é necessária essa curiosidade sobre conhecer mais sobre a criança. (Professora Maria)

O não dispor de conhecimento teórico, conforme argumentou a professora Maria possibilitou a reflexão sobre a necessidade de a escola/professor viabilizar situações de integração do/no contexto sócio-histórico-cultural do aluno. Aliás, esse conhecimento do nicho se torna significativo para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que promovam

um suporte para o aluno no processo ensino e aprendizagem. Segundo Tassoni e Leite (2000, p.39) é “a partir de um intenso processo de interação como o meio social, através da mediação feita pelo outro, que se da apropriação dos objetos culturais”. A autora reafirma que através da interação do sujeito para com o meio, este poderá se desenvolver com o seu objeto de conhecimento. A partir dessas considerações, propomos a seguir, uma apresentação e reflexão sobre a atuação das professoras para com o aluno vítima de abuso e sua inserção no contexto escolar.

A atuação do professor em relação a criança vítima de Violência Doméstica

A prática pedagógica das professoras e as ações em relação ao aluno se desenharam em momentos com adoção de posturas significativas para a construção do conhecimento acadêmico como: elogio, incentivo, apoio, contato físico, aproximação. As reflexões sobre a postura docente diante do comportamento do aluno vitimizado, também foi argumentada quando questionaram os “papéis” desempenhados pelo professor para oferecer ao aluno uma qualidade no aprender.

Quanto à sua relação com o aluno vítima da violência doméstica, a professora Graça relatou:

Me dou muito bem em sala de aula. Eu mesma não tenho dificuldade com os alunos. Para mim são crianças normais. Não tenho dificuldade nenhuma. Às vezes fico sabendo pela direção de alguma coisa assim... Entre eu e eles não tem dificuldade com eles. (Professora Graça)

A professora Graça sinalizou com convicção que sua relação com o aluno foi muito positiva. Contudo, quando se referiu ao fato de que não tinha dificuldade com os alunos, pois, eram crianças normais, nos remeteu a uma reflexão: O que de fato seriam crianças normais? O que compreendemos, portanto é que esses alunos são crianças iguais às outras, mas que infelizmente foram vítimas de violência doméstica e a situação de risco em que se encontravam os levaram a residir em um Abrigo Institucional. Consideramos também, que esse olhar diferenciado deveria ser direcionado ao incentivo para com esse aluno visando o estabelecimento de relações mais construtivas como: convivência escolar, relações interpessoais e a construção do sujeito nas variadas diversificações.

Vale ressaltar que muitas crianças vitimizadas poderão sofrer discriminação pelos colegas ou até mesmo pela escola decorrente do contexto em está inserido. Isso é um fator

preocupante, pois esse aluno poderá se sentir indiferente para com outros colegas e, conseqüentemente, se retrair e se isolar das reações sociais. Outro aspecto considerado é que ao “discriminar” esse aluno no contexto escolar, esse poderá sofrer novamente uma ação de violência que pode ser caracterizada como violência psicológica. Segundo Castro (2017, p.36) a violência psicológica se constitui como “toda ação ou omissão que causa sofrimento mental, ou visa a causar dano à autoestima, à identidade, ou ao desenvolvimento da pessoa, caracterizada pela rejeição, discriminação”. Partindo desse princípio, observamos como essa conduta poderá ocasionar uma (re) vitimização e, conseqüentemente, constituir traumas na vida desse sujeito. Portanto, é importante saber que o aluno vitimizado, de certa forma, se torna um refém das relações interpessoais.

Salientamos que durante a observação realizada no contexto escolar, notamos que a relação da professora Graça com dois alunos (Pérola e Ruy) era baseada no diálogo e em ações incentivadoras da aprendizagem. Porém, em relação ao Dudu a mesma não apresentava essa mesma postura. Segundo a professora, Dudu também apresentava problemas de aprendizagem. Diante do exposto, notamos no decorrer da observação de campo, que a docente não oferecia atenção adequada ao aluno, visto que, aparentemente ele demonstrava ser uma criança especial (considerado pela professora como um aluno de canto e que “somente faz bolinhas”), apesar da mesma não ter conhecimento sobre a história clínica do aluno.

Mesmo relatando que não possuía um conhecimento prévio acerca da história clínica do aluno, a professora argumentou sobre a necessidade de uma intervenção diferenciada:

ele precisa de um acompanhamento mais específico, direcionado a ele. Dá para perceber... Não sou profissional da área... Que ele têm algum distúrbio alguma coisa psicológica. Mais já encaminhei ao psicólogo do município e eles estão aguardando para ver o que vai resolver. (Professora Graça)

Através desse relato pudemos observar que a conduta da professora Graça sinalizava uma preocupação sobre o não-aprendizado do aluno. De acordo com Vigotski (1984, p.54) a sala de aula é, sem dúvida, um dos espaços mais oportunos para a construção de ações partilhadas entre os sujeitos. Portanto, o “conhecer” esse aluno é essencial para auxiliá-lo e compreendê-lo a partir de suas particularidades.

As ações manifestadas pelas professoras na relação com o aluno evidenciaram em alguns momentos, posturas significativas para a construção do conhecimento acadêmico como elogio, incentivo, apoio, contato físico, aproximação dentre outros, confirmaram o que

segundo Tassoni (2000, p.9) “constituíram-se em fortes veículos de expressão da afetividade”. Para a autora essa expressão afetiva passará a contribuir no processo do aprendizado do aluno em especial do aluno vítima de violência doméstica. Isso porque muitas crianças vitimizadas necessitam dessa postura pedagógica, para poder estabelecer relações positivas e significativas com o seu meio e, assim, poder desenvolver seu aprendizado. Pensando assim, que ao questionar sobre a postura em relação à violência, a professora Maria argumentou sobre a necessidade de integração entre os pares/instituições:

Todos devem estar integrados, para que essa criança tenha um bem estar, uma boa vivência para que ela possa se desenvolver em todas as situações fisicamente e psicologicamente, pois nós estamos falando de crianças. Estamos falando de desenvolvimento dessa criança. É uma vida humana (Professora Maria).

A necessidade de vivências saudáveis e adequadas para o desenvolvimento do aluno apresentada pela professora Maria evidenciou que a promoção de ambientes saudáveis favorece uma construção de si e da sua aprendizagem. Esse dado também foi observado no argumento da professora Graça:

Não só a minha mais de todo cidadão que está ciente diante dessa violência. A nossa postura é procurar denunciar e, muitas vezes, conversar com a família, e se não tiver jeito é ir para denúncia. A gente não pode omitir, desde quando estamos omitindo concordamos com o erro. (Professora Graça)

A defesa de que deve haver denúncias por parte, não só da escola, mas de todo cidadão representa um discurso consciente sobre os direitos dessas vítimas. Segundo Moro (2012, p.11) “os casos de violência não devem ser trabalhado como um assunto interno de família, mas sim, como um problema a qual todos nós, principalmente os profissionais de educação, temos o dever de ajudar a essas crianças, quebrando esse círculo de violência”. Assim, a postura do professor diante da violência pode ser a de rompimento do ciclo da violência.

Na minha sala tem um aluno. Ele chegou... Ele passeava muito na sala e fora da sala. Ele era bem desligado de tudo, então mesmo com todo aparato que a gente usa de pedagógico, lúdico, trazendo para sala de aula e até isso não chamava atenção. Desde o ano passado que tive conhecimento sobre essa criança. É uma criança, bem distante de tudo. Ele sai assim, aleatoriamente passeando pela escola. Aí depois chamei atenção disso. Foi quando chamei a atenção da coordenadora a respeito disso que esta criança não estava fazendo as atividades. Isto porque ele não quer, não está desenvolvendo as atividades. E o que podemos fazer com esta criança? Então a minha atitude foi essa, envolver a escola, investigar o que esta acontecendo para que essa criança integrasse conosco. (Professora Maria)

Percebemos que há uma reflexão sobre a postura da professora diante do comportamento do aluno vitimizado, visto que o mesmo, segundo a professora Maria,

apresentou falta de interesse em aprender as temáticas propostas por ela em sala de aula. Mesmo diante dessa realidade, observamos que ela utilizava atividades como a leitura de história infantil, jogos dentre outros para se aproximar do aluno. Contudo, observamos que Ruy apresentou interesse em participar de atividades lúdicas, porém, nas atividades de leitura e textualidade, sentiu dificuldade.

Esse dado também foi argumentado no trecho abaixo, quando se questionou os “papéis” desempenhados pelo professor para oferecer ao aluno uma qualidade no aprender:

[...] O professor está assumindo o papel de pai e mãe de família. Então a afetividade... Vou falar de Wallon... É conversar com essa criança, ver o que está acontecendo com essa criança, de incentivar se precisa aprender mais, pois tem um futuro para você, poder amenizar de alguma forma essa realidade que ela convive. (Professora Maria)

Identificamos, portanto, dois pontos de argumento: as várias funções do docente, funções essas, que estão ligadas ao papel da família e a afetividade no contexto escolar. Contudo, constatamos no discurso que a postura de “conversar com essa criança, ver o que está acontecendo com essa criança, incentivar se precisava aprender mais”, foram de fato posturas pedagógicas que consolidaram o aprendizado por meio da afetividade. Para Wallon (1975), a afetividade é importante para a construção do ser humano e para o desenvolvimento do conhecimento.

Vale ressaltar que essas posturas estão vinculadas as relações sociais, conforme argumentado por Tassoni e Leite (2000, p.63): “o conteúdo verbal, juntamente com as modulações da voz que evidenciaram o caráter afetivo das relações professor e aluno”.

Em relação à postura diante das crianças vitimizadas que não estão integradas no núcleo familiar a professora Maria argumenta:

A própria escola ela tem mudado um pouco. Na escola que eu trabalho ela não trabalha o dia do pai e o dia da mãe, trabalha o dia da família. Hoje em dia tem aluno que não tem pai e nem mãe, essa referência, mais tem avó que cuida deles ou tem dois pais que cuida dessa criança ou duas mães. Então hoje em dia tem o dia da família. Aconteceu de comemorar o dia da mãe eu percebi que ele ficou meio isolado, percebi essa tristeza, falar de mãe reflete um aspecto de tristeza. (Professora Maria)

A fala da professora Maria refletiu sobre a realidade de crianças que tiveram seus direitos violados e por esse motivo estão na Instituição de Acolhimento. Segundo a Cartilha de Orientação sobre Acolhimento (2009):

As crianças e os adolescentes que são encaminhados às entidades de acolhimento apresentam um quadro de fragilidade física e/ou emocional, configurando a necessidade de um atendimento que não se limite aos

procedimentos administrativos, mas de atenção e cuidados para que não sejam revitimizados (p.14).

É nesse contexto que o professor ao trabalhar com a temática da família, precisa assumir uma postura reflexiva, pois essa criança estará imersa em sentimentos que podem ser/estarem relacionados à sua família biológica, independentemente do contexto que, a mesma, esteja envolvida:

Eu faço pergunta para eles, se sente falta da família, da mãe e do pai e dos irmãos. Eles negam que não sente falta. Mas eu acredito que lá no fundo tem sim, aquela carência. Quem não tem necessidade de uma família? É complicado de perguntar se sente falta de sua família. Eu tenho uma aluna que já faz parte dessa casa, e quando pergunto para o aluno sobre a família. Ela falou que todos os dias a minha mãe ia à porta da casa chorar. Isso é estranho... A mãe não procurar seu filho. (Professora Graça)

Diante do exposto, entendemos que essas rupturas familiares podem influenciar o aprendizado das crianças, cabendo ao professor um olhar diferenciado acerca das vítimas de violência. Segundo Vygotsky (1991), para a aprendizagem acontecer é necessária a realização de uma análise do contexto emocional, das relações afetivas, do modo como a criança está situada historicamente no mundo. Dessa forma, o comportamento e a afetividade estão correlacionados em todos os aspectos emocionais. O sujeito traz consigo suas vivências suas particularidades, podendo assim, apresentar comportamentos e afetividades distintas. Segundo Vigotski (1935/2010), a vivência é entendida como uma:

unidade na qual, por um lado, de modo indivisível, o meio, aquilo que se vivencia está representado – a vivência sempre se liga àquilo que está localizado fora da pessoa – e, por outro, está representado como eu vivencio isso, ou seja, todas as particularidades da personalidade e todas as particularidades do meio são apresentadas na vivência, tanto aquilo que é retirado do meio, todos os elementos que possuem relação com dada personalidade, como aquilo que é retirado da personalidade, todos os traços de seu caráter, traços constitucionais que possuem relação com dado acontecimento. Desta forma, na vivência, nós sempre lidamos com a união indivisível das particularidades da personalidade e das particularidades da situação representada na vivência. (p. 686).

Em relação às vivências de situações de violência, podemos dizer que essa influência interfere diretamente no convívio escolar. Ao indagarmos sobre a violência e sua influência no comportamento e nas relações afetivas das vítimas, a professora Maria relatou que:

A violência influência no seu comportamento, pois a criança desenvolveu. Sofreu algo lá atrás que trouxe isso para ele. Então reflete o resultado do que ele sofreu antes. A afetividade é estar próximo, conversar com ele. Perguntar o que ele está sentindo, o que ele tem, o porquê ele está assim, e não só aplicar uma atividade. Faz ai que eu quero um resultado, que você *não vai* ter o resultado. (Professora Maria)

Enfatizar nessa ação um elemento como a afetividade, através de sua postura diante do aluno, esta se referiu basicamente ao diálogo e a aproximação para com esse aluno. Segundo Tassoni e Leite (2000) esses pré-requisitos correspondem aos indicadores de posturas verbais e não verbais que devem ser adotadas pelo docente. A linguagem oral, o contato físico e a proximidade são elementos indissociáveis, um leva ao outro e todos implicam nas relações afetivas um significado maior no processo ensino-aprendizagem (TASSONI, 2008). Sobre essa concepção a professora Graça relatou:

Independente que eles tenham sofrido ou não vitimização, o professor tem que ter sim uma afetividade entre os alunos para melhor desempenho em sala de aula, para o aprendizado de cada um. Isso é muito importante entre o professor e aluno. E o meu olhar diante deste aluno... Sempre o professor tem que ter um olhar direcionado a ela para procurar entender certas coisas que ele produz em sala de aula, na sua atividade dia a dia. Ele precisa ter mais atenção, mais um pouco de carinho. Este olhar tem que ser mais direcionado, com mais atenção em relação a este aluno e que a afetividade seja assim no todo com ele. Eu não tenho esse problema graças a Deus. Em minha opinião a afetividade tem que estar sempre presente na nossa vida, na sala de aula, porque isso ajuda muito no desempenho dos alunos. (Professora Graça)

A interação do professor para com o aluno, por meio da afetividade, possibilita uma construção educativa que engloba o diálogo e a ética do respeito à integridade humana. É nesse sentido que a prática docente se torna significativa em relação ao respeito aos alunos nas suas diversas demandas sociais. O professor na relação com seu aluno passará a obter informações importantes para uma melhor compreensão dos seus alunos e suas particularidades. Cabe ao professor ser um investigador e mediador na relação com o aluno, pois segundo Tassoni (2000):

Quando se assume que o processo de aprendizagem é social, o foco desloca-se para as interações e os procedimentos de ensino tornam-se fundamentais. As relações entre as professoras e alunos apresentados nesta pesquisa, evidenciaram a expressão da afetividade como parte ativa do processo de aprendizagem. As interações em sala de aula são carregadas de sentimentos e emoções constituindo-se como trocas afetivas (p. 150).

Nesse contexto o professor mediador poderá analisar as possíveis causas do não aprendizado do aluno, para então, dispor de práticas pedagógicas que auxiliam no processo ensino e aprendizado. Essa praticidade contribui para o desenvolvimento pedagógico dos alunos, pois a educação não é neutra e sim participativa como lembra Freire (1996):

Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo.

Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê. [...] Sou professor a favor da liberdade [...] sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação [...] Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo (p. 103).

Conhecer sobre a realidade do aluno é imprescindível para auxiliá-lo na construção do seu aprendizado. Compete ao docente notar qualquer indiferença em relação ao comportamento e a não aprendizagem do aluno para, assim sinalizar a gestão escolar, a qual deverá acionar os órgãos competentes.

Considerações Finais

A partir desse estudo percebemos como os profissionais na relação com esses alunos podem/devem proporcionar meios de interação no ambiente escolar e que através das posturas adotadas por esses profissionais os alunos podem internalizar ou não um processo de acolhimento.

As interações aluno-professor foram visualizadas em momentos específicos, principalmente ao se referir a afetividade entre professor/aluno e os momentos lúdicos. Sendo assim, essas práticas docentes, tornam-se significativas no que tange a aprendizagem das crianças.

O relacionamento criança-criança e criança-professor de forma desarticulada do processo ensino-aprendizagem, também evidenciam a existência de uma deficiência na relação professor e aluno vítima de violência doméstica, principalmente quando este aluno apresenta dificuldades de aprendizagem. Concluímos, a partir das situações observadas, que a postura adotada pelo professor em sala de aula para com o aluno vitimizado, é de suma para a reflexão sobre as dificuldades de aprendizados das crianças vítimas violência doméstica.

Referências

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. (Org.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2000.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA V. N. A. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes: Um cenário em desconstrução**. Fundo das Nações Unidas para a Infância, Direitos negados: A violência contra a criança e o adolescente no Brasil. Brasília, DF: Fundo das Nações Unidas para a Infância. 2006. Disponível em http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_01.pdf . Acesso em: 01 fev. 2019.

AZEVEDO, M. A. GUERRA; V. de A. (Org.). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Editorial, 1995.

BOLSONI-SILVA, A. T.; MATURANO, E. M. Práticas educativas e problemas de comportamento: uma análise à luz das habilidades sociais, **Estudos de Psicologia**. 7, (2), p. 227-235, 2002. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2002000200004&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 19 ago. 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.

BRASIL. **Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990**. ECA _ Estatuto da Criança e do Adolescente.

BZUNECK, J. A. As crenças de auto-eficácia dos professores. In: F.F. SISTO; OLIVEIRA, G.; FINI, L. D. T. (Orgs.) **Leituras de psicologia para formação de professores**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, p. 117-134, 2000.

CASTRO, J. V. B. **Relação da violência doméstica com o aproveitamento escolar: percepções entre crianças e adolescentes, de uma escola municipal na cidade de campina grande**, 2017 (Dissertação) - Instituto de Educação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo / Conselho Federal de Psicologia**. - Brasília: CFP, 2009, 92 p. ISBN 978-85-89208-19-2 1.

DEL PRIORE, M. (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2013.

FERRAZ, R. de C. S. N.; RISTUM, M. A violência psicológica na relação entre professor e aluno com dificuldades de aprendizagem. **Psicologia da Educação** (Online). v.34, p. 52-62, 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752012000100007. Acesso em: 12 out. 2018.

FERRAZ, R. de C. S. N. Um estudo com educadoras de alunos dos anos iniciais que apresentam dificuldades de aprendizagem In: FERREIRA, L. G.; FERRAZ, R. de C. S. N. (Orgs.) **Formação docente: identidade, diversidade e saberes**. Curitiba: Editora CRV, 2014, p. 143-158.

FERREIRA, A. L. A escola e a rede de proteção de crianças e adolescentes. In: ASSIS, S. G., CONSTANTINO, P.; AVANCI, J. Q. (Orgs.) **Impactos da violência na escola: um diálogo**

com professores [online]. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/ Editora FIOCRUZ, 2010, pp. 203-234. Disponível <http://books.scielo.org/id/szv5t/pdf/assis-9788575413302-10.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUERRA, V. N. A. **Violência de Pais contra Filhos**: a tragédia revisitada. São Paulo: Cortez, 1998.

MARQUES, A. C. T. **Crenças parentais sobre a punição física e a identificação dos problemas comportamentais e de adaptação psicossocial das crianças em idade pré-escolar**. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010.

MORO, L. G. B. **Reflexo da Violência Doméstica na Escola**: Um desafio para o Gestor Escolar. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Gestão Educacional a Distância) - Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2012.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial violência e saúde**. Genebra: OMS, 2002.

ORIENTAÇÃO SOBRE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL. **Centro de apoio Operacional da Juventude e Educação**. 2009. Disponível em: [www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2013/07/15/13_24_37_815_Orientações_sobre_Acolhimento_Institucional.pdf](http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2013/07/15/13_24_37_815_Orienta%C3%A7%C3%B5es_sobre_Acolhimento_Institucional.pdf). Acesso em: 14 fev. 2019.

ROSAS, F, K; CIONEK, M. I. G. D. O impacto da violência doméstica contra crianças e adolescentes na vida e na aprendizagem. **Conhecimento Interativo**, São José dos Pinhais, PR, v. 2, n. 1, p. 10-15, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/media/areas/infancia/arquivos/impacto.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2019.

TASSONI, E. C. M. Afetividade e aprendizagem: a relação professor-aluno. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 23., 2000, Caxambu. **Anais [...]** Caxambu: ANPEd, 2000.

TASSONI, E. C. M; LEITE, S.A.S. **A afetividade na produção da escrita**: a mediação do professor em sala de aula. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

TASSONI, E. C. M. **A dinâmica interativa na sala de aula**: as manifestações afetivas no processo de escolarização. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

UNICEF. Relatório da **situação da Infância e Adolescência Brasileiras**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.unicef.org.br/>> Acesso em: 03 mai. 2018.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes. 1991.

VIGOTSKI, L. S. **Teoria e Método em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes. 1996.

VIGOTSKI, L. S. Quarta aula: A questão do meio na pedologia. (M. P. Vinha, trad.). **Psicologia USP**, 21, p. 681-701. 2010. (Trabalho original publicado em 1935).

WALLON, H. **Psicologia e educação da infância**. Lisboa: Editorial estampa. 1975.

Recebido em: 14 de outubro de 2020.

Aprovado em: 12 de dezembro de 2020.